
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Revista
Didática Sistemática

SEMESTRAL

ISSN: 1809-3108

Volume 6, julho a dezembro de 2007

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Maria Lúcia Bertolino¹

RESUMO: Esse trabalho verificou qual o conhecimento ambiental trazido para a escola por alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos e de que modo ele reflete as tendências da Educação Ambiental como Tema Transversal nesta modalidade de ensino. Para tanto, identificou, em dez alunos do quarto termo na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no ensino fundamental em uma escola estadual no Vale do Paraíba Paulista, dados demográficos, conhecimentos ambientais e comportamentos pró-ambientais fora da escola. Os dados, obtidos por questionário, foram analisados com base nas indicações da literatura, sobre Educação Ambiental e Educação de Jovens e Adultos. A faixa etária, entre 21 e 40 anos, e o trabalho como motivo para abandonar a escola, na idade regular do ensino fundamental, alinham-se aos padrões nacionais. O conhecimento ambiental mostra o entendimento da interação entre os diversos elementos do Meio Ambiente e do papel do homem na criação e na solução dos problemas ambientais. Ressalta-se da análise a relevância do conhecimento ambiental dos participantes e o papel da escola na constituição deste conhecimento. Conclui-se pela recomendação que sejam revistos a proposta pedagógica, o plano de gestão e o plano de ensino, com base no reconhecimento da especificidade da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, e do tratamento da Educação Ambiental como Tema Transversal, como se preconiza os Parâmetros Curriculares Nacionais.

¹ Maria Lúcia Bertolino é licenciada em história (UNITAU – Universidade de Taubaté), Pedagogia, Orientação Educacional e Supervisão de Ensino (UNG – Universidade de Guarulhos), especialista em Gestão Educacional (UNICAMP – Universidade de Campinas) e mestre em Ciências Ambientais pela (UNITAU – Universidade de Taubaté) titular de cargo da rede estadual do estado de São Paulo, atua como profa. na rede municipal de Roseira – SP e acumula cargo na função de vice-diretora da rede pública estadual em Pindamonhangaba – SP.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Meio Ambiente. Educação Ambiental.

ABSTRACT: This work verified which the environmental knowledge brought to the school by pupils of the modality Adult and Young Education of that way it reflects the trends of the Environmental Education as Transversal Subject in this modality of education. In such a way, it identified, in ten pupils of the room term in the modality of the Adult and Young Education - EJA, in basic education in a state school in the Vale do Paraíba Paulista, demographic data, environmental knowledge and pro-environmental behaviors are of the school. The data, gotten through questionnaire, had been analyzed on the basis of the indications of literature, on Environmental Education and Adult and Young Education. The age, between 21 and 40 years, and the work as reason to abandon the school in the regular age of basic education the national standards are lined up it. The environmental knowledge shows the agreement of the interaction between the diverse elements of the Environment and the paper of the man in the creation and the solution of the environmental problems. One stands out of the analysis the relevance of the environmental knowledge of the participants and the paper of the school in the constitution of this knowledge. It is concluded for the recommendation that is reviewed the pedagogical proposal, the plan of management and the plan of education, on the basis of the recognition of the specification of the modality of Adult and Young Education and the treatment of the Environmental Education as Transversal Subject, as it praises the National Curricular Parameters.

KEY WORDS: Adult and Young Education. Environment. Environmental Education.

Introdução

Esse trabalho tem como finalidade o estudo das questões ambientais na Educação de Jovens e Adultos - EJA, uma modalidade da educação básica. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual “Profª. Escolástica Antunes Salgado” situada na comunidade do Bairro do Jardim Regina na cidade de Pindamonhangaba no km 88 às margens da Rodovia Presidente Dutra. A região em que a escola está instalada é rural, mas com características urbanas e predomina como atividade econômica a criação de aves e comércio de ovos, que emprega alunos e moradores. A distância entre a comunidade escolar e o centro da cidade é de aproximadamente 11 km. Servida por uma linha de ônibus, dispõe de serviços de infra-estrutura como luz, água e esgoto e telefonia. Não há pavimentação, creche, farmácia, supermercado e outros benefícios que tragam à comunidade maior conforto e qualidade de vida. Sua população, em sua maioria de origem nordestina, migrou para Pindamonhangaba no final da década de 1980 em busca de empregos na área industrial, pois a região dispõe de um pólo industrial que concentra grandes indústrias com produção em tubos usados para canalização de gás e fabricação de alumínio para latas e outros artefatos. Entretanto, as empresas só aceitavam funcionários portadores de certificados de ensino médio ou que ao menos estivessem cursando esse nível de ensino. Assim, em

virtude das exigências do mercado de trabalho alguns moradores da comunidade buscaram as instituições de ensino que ofereciam cursos rápidos para assim obterem os certificados.

Para esta autora, que atua na escola como assistente de direção, acompanhar as necessidades de cada aluno matriculado no primeiro ano do ensino de suplência possibilitou verificar suas dificuldades em retornar para a escola, trazendo conhecimentos mínimos e diversificados. Ao observar os hábitos e costumes da comunidade escolar verificou-se que só os conhecimentos acadêmicos obtidos nas primeiras séries no ensino de suplência eram insuficientes para que os alunos praticassem ações e desenvolvessem conhecimentos ambientais necessários para a melhoria da qualidade de vida. As ações ambientais deveriam corresponder às necessidades de melhoria de vida da comunidade. Entretanto, nem sempre isso ocorria. Campanhas de prevenção e combate a dengue constituíram um exemplo da divergência entre necessidade da comunidade, informação e ação. Os trabalhos realizados pelo Posto de Saúde, em parceria com a escola, alertaram a comunidade escolar que o mosquito transmissor da dengue se cria em recipientes que acumulam água limpa, e que, portanto, para evitar a doença se deve evitar os criadouros do mosquito. O mapeamento do bairro permitiu observar a persistência das condições que se desejava, pelas campanhas, evitar: pneus, latas, bebedouros de animais, esgoto a céu aberto, caixa d'água sem tampa, depósito inadequado de detritos residenciais, lixo amontoado à beira das ruas. Foram fatos como esses, apresentados como exemplos, que levou ao interesse pelo desenvolvimento deste trabalho.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA - é uma modalidade da educação básica, na etapa fundamental, e destina-se a pessoas que tiveram pouca ou nenhuma oportunidade de escolarização regular. Suas etapas são denominadas Termos, correspondendo o *Quarto Termo* à oitava série do ensino fundamental. Guiada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), essa modalidade de educação, tanto quanto as demais modalidades, abordam a Educação Ambiental como um tema transversal. Assim, é relevante para o adequado atendimento aos PCN que se conheça o que sabe um aluno da EJA sobre o Meio Ambiente. Isso permitirá o desenvolvimento de uma proposta mais adequada de Educação Ambiental, a ser incorporada ao currículo da escola e a ser multiplicada em outras escolas que pratiquem essa modalidade de ensino. Pode levar ainda a melhorias no desenvolvimento desse tema transversal na modalidade regular. É relevante, portanto, estudar como se associam Educação Ambiental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois o conhecimento derivado

poderá ser incorporado ao planejamento pedagógico e estendido a outras modalidades e a outros níveis de ensino.

O Meio ambiente

O significado do termo Meio Ambiente pode ser construído a partir de diferentes perspectivas teóricas e escalas, e reflete a opção por problemáticas específicas no âmbito das mais variadas áreas de especialização científica e possibilitando definições referentes a diferentes alternativas de seleção de um conjunto de relações envolvendo um objeto de referência e seu entorno (LEIS, 1998, p. 49). Segundo GUIMARÃES (1995, p. 11), o Meio Ambiente representa “um conjunto de elementos vivos e não vivos que constituem o planeta Terra. Todos esses elementos relacionam-se influenciando e sofrendo influência entre si, em um equilíbrio dinâmico”. Para Reigota (2004, p. 21) o Meio Ambiente é “um lugar determinado e percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais”. Observa-se que a ação humana não é a ação de *um homem*, mas dos homens em interação, com seus processos de criação culturais e tecnológicos e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade.

A diversidade conceitual é discutida por Moraes (1997, p. 49), para ele as idéias não apenas diferem, mas chegam a ser antagônica e conclui-se, de modo compatível com a afirmação de Moraes (1997, p. 49), que não há um entendimento único do termo podendo ser compreendido como um objeto dotado de complexidade dinâmica. A diferença principal entre as diferentes definições é o papel do Homem como ser biológico, social e cultural. Segundo Leonardi (1998), a sociedade mundial ou global é uma categoria em formação, na qual, seja qual for o desenvolvimento de cada uma delas, todas compartilham a questão ambiental, um dos graves problemas que o mundo enfrenta, senão o pior. As questões ambientais têm sido tema de debates intensos. Nesse debate, a Educação Ambiental é proposta como uma das estratégias para o enfrentamento de problemas ambientais, por ser instrumento que contribui na formação de cidadãos críticos em relação a sua realidade e conscientes de sua participação no ambiente (SORRENTINO et al., 2005). Catástrofes ecológicas, a emissão de gás carbono, o efeito estufa, desertificação de áreas férteis, a acumulação do lixo tóxico como conseqüências da produção excessiva de bens e mercadorias pelas sociedades ricas e desenvolvidas, o estoque de reservas não renováveis de energia e outros são problemas comuns a toda a humanidade (LEONARDI, 1998).

A Definição de meio ambiente e das questões ambientais nos parâmetros curriculares nacionais

A variedade de tratamento dada ao termo Meio Ambiente foi ressaltada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que trazem a idéia de que o conceito seja entendido como “representação social”, isto é, uma visão que evolui no tempo e depende do grupo social em que é utilizada” (BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 1997, p.31). Mais ainda, os mesmos Parâmetros (PCN) afirmam que “é nas representações que se busca intervir quando se trabalha com o tema Meio Ambiente” (BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 1997, p.31). Assim, recomendam que o aluno, ou aquele de quem se espera que aprenda algo – um valor, uma atitude, um comportamento – deve ser entendido quanto ao que percebe sobre seu ambiente, alertando para a “importância de identificar qual representação social cada parcela da sociedade tem do meio ambiente” (BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 1997, p.31). Mas, ao reconhecer a diversidade das definições, nos Parâmetros é apresentada uma definição unificadora: o termo ‘ meio ambiente ‘ tem sido utilizado para indicar um ‘ espaço ‘ (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o (BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 1997, p.31).

A definição é completada pela menção à participação do homem:

No caso do ser humano, ao espaço físico e biológico soma-se o ‘espaço sociocultural’. Interagindo com os elementos do seu ambiente, a humanidade provoca tipos de modificação que se transformam com o passar da história. E, ao transformar o ambiente, o homem também muda sua própria visão a respeito da natureza e do meio em que vive. (BRASIL, SECRETARIA DO ENSINO FUNDAMENTAL, 1997, p.31-32).

Assim, reconhecida a contínua dinâmica dos elementos diversos como característica do Meio Ambiente, os Parâmetros Curriculares Nacionais tratam de duas noções a serem entendidas em integração com o conceito de Meio Ambiente: Sustentabilidade e Diversidade. A atenção simultânea aos três conceitos é indispensável porque se entende que o uso sustentado dos recursos é dependente de sua diversidade, e ambos são condições indispensáveis para um Meio Ambiente equilibrado. Os Parâmetros Curriculares (BRASIL, 1997, p. 38-42) apóiam-se nos nove princípios do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) para o conceito de sustentabilidade. Dentre os nove princípios, o *princípio fundamental* é: respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos. *Quatro princípios* são considerados critérios de sustentabilidade: melhorar a qualidade da vida humana;

conservar a vitalidade e a diversidade do Planeta Terra; minimizar o esgotamento de recursos não-renováveis; permanecer nos limites de capacidade de suporte do planeta Terra. Finalmente, os outros *quatro princípios* configuram-se como meios para se chegar a sustentabilidade: modificar atitudes e práticas pessoais; permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente; gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e constituir uma aliança global (BRASIL,1997, p. 41-42).

O Papel da educação ambiental

A temática da educação ambiental desperta grande interesse, a julgar pelo volume de publicações disponíveis. Uma evidência é o número de resultados para a busca utilizando-se como palavra-chave *environmental education (educação ambiental)* em apenas uma das editoras que distribuem artigos científicos por meio eletrônico constantes do Portal de Periódicos CAPES, a (Science Direct). Foram 1152 resultados, 116 apenas em 2005 e 2006. Esses resultados, quando filtrados pelo termo *Brazil (Brasil)*, somam 84, quando filtrados pelo termo *school (escola)*, somam 712. Para Medina (2001) a Educação Ambiental é uma modalidade da educação que aproxima o fenômeno educativo da realidade em que ocorre:

Processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado (MEDINA, 2001, p.17-18).

Assim, para Medina (2001), a Educação Ambiental tem por objetivo a instrumentalização para a decisão pelas ações que levem ao desenvolvimento sustentável. A Educação Ambiental deveria ser o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas, que facilitassem a visão integrada do ambiente; que os indivíduos e a coletividade pudessem compreender a natureza complexa do ambiente e adquirir os conhecimentos, os valores, os comportamentos e as habilidades práticas para participar eficazmente da prevenção e solução dos problemas ambientais; que se mostrassem, com toda clareza, as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos dos diversos países poderiam produzir conseqüências de alcance internacional; que suscitasse uma vinculação mais estreita entre os processos educativos e a realidade, estruturando suas atividades em torno dos problemas concretos que se impõem à comunidade

e enfocando-as através de uma perspectiva interdisciplinar e globalizadora que fosse concebida como um processo contínuo, dirigido a todos os grupos de idade e categoria profissional (DIAS, 2003, p. 83).

Vale ainda ressaltar que a Educação Ambiental integra conhecimentos diversos, tendo papel relevante nas áreas da educação formal e não formal (REIGOTA, 1994) e consiste em se fazer um estudo das questões ambientais e suas possíveis soluções, permitindo ao indivíduo e sociedade a terem consciência, conhecimento e competência, capacidade de avaliação e percebendo sua responsabilidade e atuando de forma efetiva e comprometida frente aos problemas encontrados, em busca de uma melhor qualidade de vida (REIGOTA, 1994, p. 22). A educação ambiental deve, sim, ser encarada como um processo voltado para a apreciação da questão ambiental, sob sua perspectiva histórica, antropológica, econômica, social, cultural e ecológica, enfim, como educação política, na medida em que são decisões políticas todas as que, em qualquer nível, dão lugar às ações que afetam o Meio Ambiente (OLIVEIRA, 2000, p. 48).

Educação ambiental no sistema educacional

A importância da Educação Ambiental no âmbito do sistema educacional no Brasil explicitou-se formalmente pela disposição constitucional, por sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais e pela instituição de Política Nacional de Educação Ambiental em lei federal. A Constituição Federal em seu Artigo 225 estabelece que “Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o Dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988, p. 140). O mesmo artigo 225 estabelece em seu inciso VI que incumbe ao poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente”. A definição de Educação Ambiental adotada pela Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, aparece no art. 1º e estabelece que “Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidade, atitudes e competências voltadas para a conservação do Meio Ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999, p. 229).

A Política Nacional da Educação Ambiental acompanhou, como deveria fazer pelo dispositivo constitucional, a obrigatoriedade da aplicação da Educação Ambiental para todos os níveis e modalidades de ensino. A lei reconhece e valoriza a aprendizagem como necessária ao processo em que o indivíduo precisa construir seus valores, mas ao fazê-lo compartilha uma construção social, e que vê a proteção do Meio Ambiente como resultado de um processo educacional, histórico e cultural.

A educação ambiental no ensino fundamental na escola brasileira

O Censo Escolar da Educação Brasileira é realizado anualmente pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e incluiu, a partir de 2001, perguntas sobre a oferta de Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental. A análise das respostas a essas perguntas referentes ao período 2001-2004 (VEIGA; AMORIM; BLANCO, 2005) apresenta um quadro de expansão acelerada: de 115 mil escolas que ofereciam Educação Ambiental em 2001, o número saltou para 152 mil em 2004. O mesmo aumento pode ser observado quando se considera o número de matrículas em escolas que não ofereciam Educação Ambiental. Dos cerca de 10 milhões de alunos que não tinham acesso à Educação Ambiental na escola em 2001, chegou-se em 2004 a menos de 1,8 milhão.

Outro aspecto que resultou da análise desses dados é a universalização da oferta de Educação Ambiental (VEIGA; AMORIM; BLANCO, 2005). Em 2001, a variação da cobertura era de 15,4% (Acre) a 92% (Ceará). Em 2004, o Maranhão tinha a menor cobertura (85,5%), enquanto o Ceará tinha a maior (99%). Os maiores crescimentos no período se deram nas escolas das áreas urbanas, e nas regiões Norte e Nordeste. A oferta de Educação Ambiental foi classificada, nesse estudo, em três modalidades de aplicação: Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas, Projetos e Disciplinas Especiais. A ordem em que aparecem nos dados é esta, quer em 2001, quer em 2004. Entretanto, se os dados apontam crescimento para as três modalidades, a Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas é a que menos cresce (17%) no período, enquanto as outras duas modalidades crescem 90%. Esse crescimento é maior nas escolas de grande porte, fazendo supor (VEIGA; AMORIM; BLANCO, 2005) que, nelas, pode ser viável implementar Projetos e Disciplinas Especiais.

Quando se testou a associação entre certos equipamentos e dependências da escola e a presença da Educação Ambiental, o computador para uso pedagógico e o laboratório de informática são os guardam que maior associação. Acesso à internet tem relação fraca e presença de videoteca relação

cada vez mais fraca com a oferta de Educação Ambiental. Em outro levantamento, feito pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental, do MEC, foram arrolados 71 projetos em Educação Ambiental para o ensino fundamental, com os quais foi realizado um “diagnóstico embrionário” (COORDENAÇÃO..., 2001,p.94). A primeira constatação foi a sua falta de clareza, quanto ao conteúdo, ao público e ao tema. Essa falta de clareza está associada à excessiva abrangência de seus objetivos.

Dos projetos estudados, a maior parte ocorria nas regiões Sul e Sudeste. Educação Ambiental, Lixo e Plantio foram os três temas mais frequentes, respondendo por 57 dos 71 projetos. Campanhas e Cursos foram às estratégias mais empregadas, e nos projetos escolares Campanhas foi à estratégia mais frequente. A frequência do uso dessas estratégias foi diferente de acordo com o tema. Apesar das dificuldades estruturais da elaboração dos projetos, que gerou dificuldade na análise e classificação, e de ser o levantamento preliminar e inconcluso, o relatório apontou o grande interesse das escolas de trabalhar a Educação Ambiental, e ressaltou que “os projetos possibilitam o envolvimento, a cooperação e a solidariedade entre alunos, professores e comunidade para transformar a realidade por meio de ações” (COORDENAÇÃO..., 2001, p. 100) e que por isso precisam ser incentivados.

Educação de jovens e adultos

A Constituição Brasileira de 1988 fixou, em seu artigo 208, como dever do estado, a garantia do acesso da população jovem e adulta à educação fundamental, “pela primeira vez na história brasileira” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 33).

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamentais, obrigatórios e gratuitos, assegurados, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – [...] (BRASIL, 1988, Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), esse direito foi reiterado pelo Art. 4º e explicitado no Título V, Capítulo II, Seção V:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

As estatísticas educacionais mostram uma acentuada “juvenilização” (GOMES; CARNIELLI, 2003; HADDAD; DI PIERRO, 2000), ocorrida na década de 1990, com a expansão do número de adolescentes nos programas de escolarização antes dirigidos aos adultos. A presença desses jovens, “egressos do ensino regular, com dificuldades na sua escolarização,” (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 39) oportuniza demandas para a educação de jovens e adultos antes inexistentes, quer do ponto de vista geracional, quer por sua origem socioeconômica, não necessariamente rural, não necessariamente pobre.

O Parecer CNE/CEB 11/2000, ao discutir os fundamentos da EJA, fala de três funções desta modalidade de ensino. Por sua função *reparadora*, a EJA repara injustiças com raízes histórico-sociais. Ao estabelecer a igualdade como obrigação e direito legal, estabelece um novo princípio de igualdade de oportunidades, estando aí sua função *equalizadora*, com a educação distribuída e alocada conforme situações específicas. Finalmente, sua função *qualificadora* responde ao apelo para a educação permanente, voltada à criação de uma “sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade” (CNE/CEB, 2000, p. 11).

Gadotti (1979) considera que a Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, uma educação para a compreensão mútua e que seja a favor da inclusão social e contra qualquer forma de discriminação. Do conhecimento da realidade desses jovens e adultos - do ambiente e da comunidade do educando - decorre uma educação de qualidade, que promova a motivação necessária à aprendizagem, despertando interesses e entusiasmos, abrindo um maior campo para obter o conhecimento. A aplicação de novas técnicas de ensino e de metodologias adequadas é suficiente para

a obtenção de um ensino aprendizagem que possibilite a esses jovens e adultos tão capazes a construção de um futuro melhor e sua valorização para o exercício da cidadania (GADOTTI, 1979, p. 27).

Os PCN – Parâmetros Curriculares e também a legislação do EJA – Educação de Jovens e Adultos devem subsidiar a proposta curricular possibilitando e dando condições de um trabalho pedagógico organizado sem desvalorizar a pluralidade cultural. É importante que os educadores analisem e definam os conteúdos educativos valorizando a EJA como uma ação social. A proposta curricular deve reconhecer a diversidade regional da comunidade escolar, e teoria e prática devem estar associadas, e o educando seja o sujeito no processo de aprendizagem (LEMOS, 1999, p. 19 - 20). O artigo 32 da LDB (BRASIL, 1996) estabelece como objetivos dessa modalidade de ensino: o domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores sociais; e o fortalecimento dos vínculos familiares, da solidariedade e tolerância recíproca, imprescindíveis à vida social. Assim, as recomendações de Gadotti (1979) e de Lemos (1999), anteriormente mencionadas, voltam-se ao atingimento desses objetivos.

Dados levantados pela COEJA mostraram uma modalidade educacional cuja clientela é predominantemente jovem, com marcante presença feminina, de donas-de-casa. E conclui que “A EJA – identificada historicamente como uma educação para alunos que estão no mercado de trabalho, mas querem melhorar suas condições profissionais – é hoje uma educação de alunos que vêm nela uma chance de inserção no mercado de trabalho” (BRASIL, 2002, p. 75). A proposta curricular do EJA – Educação de Jovens e Adultos deve também aceitar a cooperação das instituições locais que valorizam o ato educativo e oferecer oportunidades para a concretização de ações voltadas para o trabalho, facilitando aos jovens e adultos que não tiveram oportunidade de escolarizar-se na idade regular e o ingresso em outros níveis e modalidades de ensino, concorrendo ao mercado do trabalho e valorizando a diversidade cultural (LEMOS, 1999, p. 24 - 25).

Perfil dos participantes

Dos alunos participantes 50% eram do sexo masculino e 50% do sexo feminino. A idade deles variou de no mínimo 18 anos, que é a idade mínima para ingresso na EJA, até o máximo de 50 anos. A distribuição é mostrada na Figura 1. maior parte dos alunos (60%) tem idade está entre 20 e 35 anos, 20% tem entre 18 a 20 anos e 20% tem entre 35 e 50 anos.

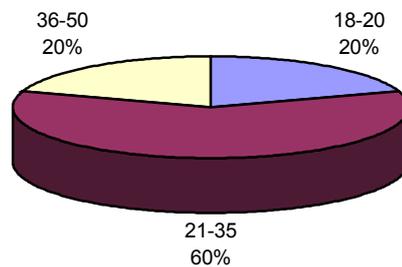


Figura 1 - Idade dos participantes

A Figura 2 mostra que a maioria dos alunos é casada o que significa que a volta à escola está relacionada com a melhoria da qualidade de vida de um grupo familiar.

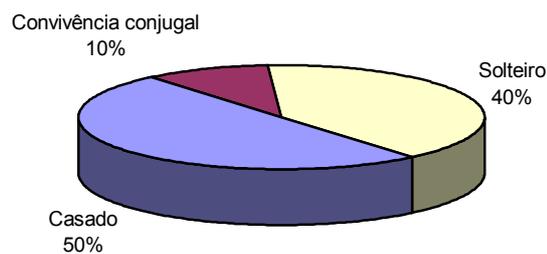


Figura 2 - Estado civil

A Figura 3 mostra que a metade dos participantes não possui emprego (ou trabalho) remunerado. Esses participantes correspondem às cinco entrevistadas, que cuidam de suas casas. Um dos participantes não informou sua situação de trabalho.

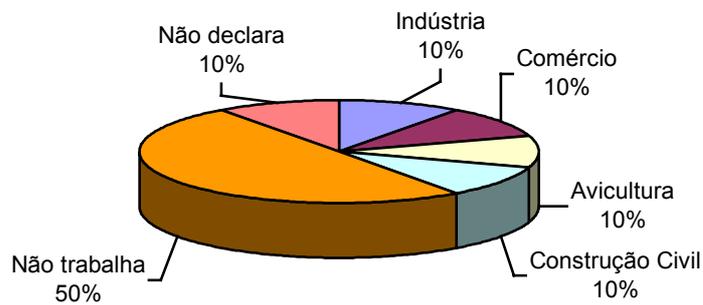


Figura 3 – Ocupação dos participantes

A maior parte dos participantes declarou que têm filhos, e a quantidade de filhos está mostrada na Figura 4. Um dos participantes não respondeu à pergunta.

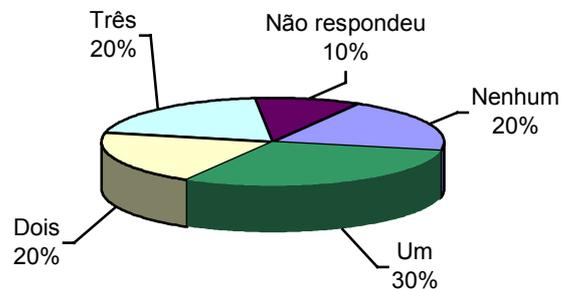


Figura 4 - Número de filhos

A maioria dos participantes (90%) declarou que reside em casa própria, 10% vivem em casa de aluguel.

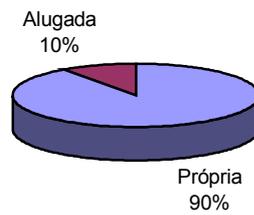


Figura 5 - Condições de moradia

Quanto ao número de pessoas que residem na mesma casa, os seguintes dados são mostrados na Figura 6: 20% possuem entre 1 e 2 moradores, 30% possuem de 3 a 4 moradores, 50% possuem de 4 a 6 moradores.

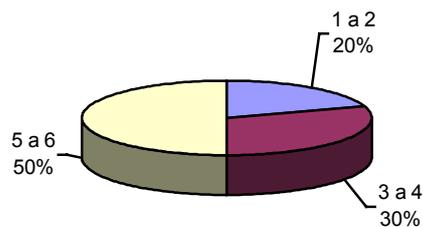


Figura 6 - Número de residentes na mesma casa

A participação na modalidade EJA

Os participantes apontam como motivos que os levaram a voltar a estudar (Figura 7): 40% melhoria de vida, 30% emprego melhor e auxiliar filho em idade escolar, 20% exigência da indústria e 10% busca um melhor emprego para elevar a auto-estima.

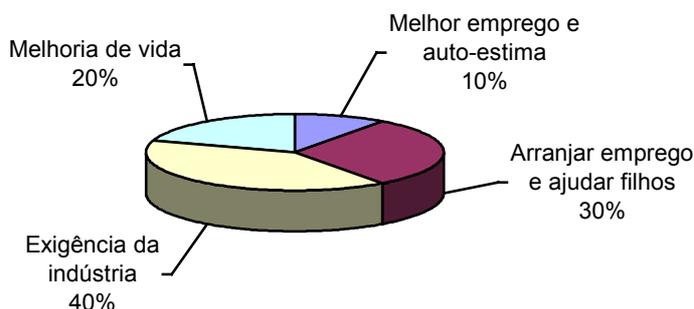


Figura 7 - Motivos para voltar a estudar

A Figura 8 mostra a escolaridade dos participantes na idade regular – entre 7 e 14 anos. Ao abandonarem os estudos na idade regular, 40% havia concluído o Ciclo I do Ensino Fundamental, equivalente à conclusão da 4ª série. 50% abandonaram o ensino regular nas três séries iniciais, isto é, não completaram o Ciclo I, e 10% nunca frequentaram o ensino regular. Como alguns participantes frequentaram o ensino fundamental em salas multisseriadas, outros tiveram dificuldade para informar a série em que deixou os estudos e por isso os dados foram agrupados por Ciclo I completo ou incompleto. Para 80% dos participantes, o motivo do abandono da escola foi o trabalho. Entre eles estão todos os do sexo masculino. Os dois participantes, que não apontaram o trabalho, como motivo para abandonar os estudos na idade regular, são do sexo feminino.

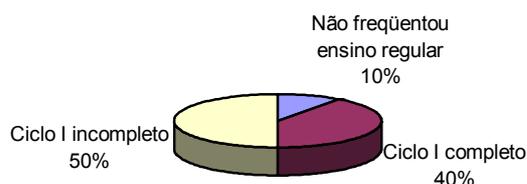


Figura 8 – Antecedente de escolaridade dos pesquisados

A Figura 9 mostra a forma de ingresso na modalidade EJA. Dos participantes, 70% comprovaram a conclusão da 4ª série do ciclo I do ensino fundamental em regime regular, 20% dos

alunos obteve o certificado por meio de prova de escolaridade em nível de 4ª série do ciclo I para atestar os conhecimentos mínimos em matemática e língua portuguesa realizada na rede estadual de ensino, conforme Resolução SE nº 310/89 de 06.12.1989. Apenas 10 % obtiveram seu certificado de 4ª série do ciclo I do ensino fundamental por meio do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, conforme Lei nº 5.379/67.

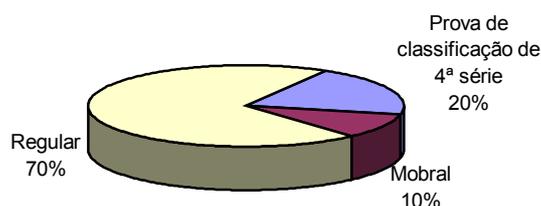


Figura 9 - Forma de ingresso na modalidade EJA conhecimento ambiental

Os participantes apontaram os problemas ambientais e possíveis soluções. O desmatamento é o *problema ambiental* mais citado, foi mencionado por 80% dos participantes. Foram também mencionadas as extinções de espécies animais, a falta de água, a poluição do ar e da água. As respostas de nove dos 10 participantes reconhecem a interação e interdependência dos elementos do Meio Ambiente, e que a alteração em um dos elementos tem conseqüências para os demais:

Sim, o meio ambiente está ameaçado com o desmatamento [...] porque causa alterações no ar, porque mais tarde poderá haver falta de oxigênio, falta de água e muitos animais não irão sobreviver e nossos descendentes não terão a oportunidade de desfrutar de muitas coisas que hoje nós desfrutamos.
(Participante 3)

Como *solução para os problemas ambientais*, a conscientização para a preservação do meio ambiente foi a mais mencionada, e, a seguir, foi mencionado o respeito à natureza. Soluções mais específicas também foram apresentadas: respeito às normas ambientais, desmatar menos, preservação

das matas das cabeceiras dos rios, reciclagem, e prisão sem fiança dos responsáveis pelo desmatamento. Ao mencionar *de que modo podem ajudar*, a disposição final do lixo em local adequado foi a forma de contribuição mais mencionada. A atenção para a reciclagem e para o fato de que o lixo não deve ser queimado "porque polui o ar com fumaça" (Participante 10) nem lançado no rio "porque polui a água" (Participante 2) também esteve presente. Economizar água foi mencionado por 20% dos participantes. Cuidar da preservação de matas e animais foi bastante lembrado, mas como sugestão genérica, sem referência a uma ação a ser conduzida no plano individual.

Merece atenção o fato de que quatro dos dez participantes salientaram a responsabilidade também sobre o comportamento dos outros indivíduos, quer de maneira repressiva, quer educativa:

Chamar a atenção daqueles que poluem. (Participante 4)

Denunciar as pessoas que queimam pneus. (Participante 8)

Aconselhar as pessoas que todos devemos cuidar do nosso planeta para nossos filhos e netos. (Participante 9)

Estudar bastante e aprender mais para ensinar as nossas crianças a se prepararem para ajudar na preservação da natureza. (Participante 7)

Todos os participantes reconhecem ter adquirido conhecimentos sobre conservação do Meio Ambiente na escola. Novamente, a questão do lixo e da reciclagem é a mais mencionada:

Jogar lixo no lixo. (Participante 10)

Aprender a juntar latinha, lixo descartável, ajuntar papel. (Participante 8)

Não jogar lixo no Meio Ambiente. (Participante 6)

Outros conhecimentos mencionados como adquiridos na escola dizem respeito ao dano à vida decorrente da poluição. O plantio de árvores também foi citado. Merece destaque que a escola foi apontada como responsável também por ter sido oportunidade pelas seguintes aprendizagens:

Aprender a dar valor ao meio ambiente. (Participante 2)

A gente necessita do Meio Ambiente e agora o Meio Ambiente está precisando de todos nós. (Participante 9)

No espaço escolar, para 40% dos alunos, o meio ambiente é respeitado:

Já aprendemos que lixo é no lixo, o cigarro jogado no chão leva anos e anos para se decompor e isso nos prejudica muito e durante vários anos, a torneira deve ser sempre fechada, pois é um meio de economizarmos água para depois não sentirmos falta dela. (Participante 4)

Entretanto, 60% dos sujeitos acreditam que a atitude dos alunos não é de respeito para com o Meio Ambiente:

Fazem de conta que não são os causadores dos problemas. (Participante 6)

Não dão muita atenção, acham que já sabem tudo. (Participante 5)

Eu acho que o comportamento é péssimo. (Participante 8)

Todos os participantes afirmam que aquilo que é aprendido na escola pode continuar fora dela. Dois deles detalham:

Sim, separando os lixos recicláveis do lixo que vai ser coletado, ensinando os moradores de sua casa como é importante a preservação. (Participante 6)

Sim, pois isso não deve ficar somente na escola, deve ser levado para casa e ensinado para nossos filhos e familiares. Devemos sempre continuar falando sobre os cuidados do meio ambiente, porque o que será de nós se continuar tanta poluição e desmatamento?. (Participante 2)

A expressão Educação Ambiental é desconhecida de 60% dos participantes.

Comportamento pró-ambiental fora do ambiente escolar.

Metade dos participantes já desenvolveu atividade voltada para reciclagem de alumínio, garrafas ou seleção de lixo com fins lucrativos, 90% embala o lixo em sacos plásticos, 80% economiza água pela reutilização de água servida. 20% selecionam lixo, separando-o e classificando-o em orgânico e não orgânico. As condições sócio-econômicas da comunidade, para 50% dos participantes

dificultam o trabalho e o desenvolvimento da preservação do Meio Ambiente e melhoria de vida e 50% responderam que não.

Conclusão

Este trabalho investigou o conhecimento ambiental trazido dos alunos da modalidade Educação de Jovens e Adultos. Os participantes da pesquisa revelam que reconhecem que entre os elementos do Meio Ambiente o Homem não sendo vítima ou agressor, mas integrante dessa interação dinâmica. A conscientização como instrumento de ordem *educacional*, deve ser trabalhada na escola por meio de ações coletivas e preventivas. Sugerem e reconhecem a existência de normas ambientais em *dimensão educativa*, fiscalizadora e repressiva, entendendo que a agressão ao meio ambiente configura crime e como tal, deve penalizar quem o comete fazendo perceber que o dispositivo *constitucional* (BRASIL, 1988, art. 252, p. 140) como direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e propõe a educação como um dos caminhos, entre outros, para este objetivo.

O conhecimento ambiental expresso pelas respostas dos participantes remete aos objetivos da Educação de Jovens e Adultos, expressos no artigo 32 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e aos princípios para uma sociedade sustentável propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (BRASIL, 1997, p. 38-42). Conclui-se então a necessidade de que a compreensão do mundo, na forma de “compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais” (BRASIL, 2002, p. 115) seja abordada como competência a ser desenvolvida, em consonância com o que preconiza a proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Introdução. Brasília: MEC/CEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Meio ambiente, saúde. Brasília: MEC/CEF, 1997. (Parâmetros Curriculares Nacionais – 1ª a 4ª série. v.9).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta**

curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental (5ª a 8ª série): introdução. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/secad/pdf/eja/proposta_curricular/segundo_segmento/vol1_livro1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2006.

ambiental. In: NOAL, Fernando Oliveira et al (Org.). **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998.

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – COEA. **Conclusões de um diagnóstico preliminar de projetos de educação ambiental nas escolas**. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília, 2001. Disponível em < <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/panorama.pdf> >. Acesso em 26 abr. 2006.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000. (série Brasil cidadão) Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental da educação**. Campinas: Papirus, 1995.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. *São Paulo Perspec.*, jan./mar. 2000, vol.14, no.1, p. 29-40.

LEIS, H. R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: VIOLA, E.J. et al. (Org.) **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

LEMONS, M.E.P. **Proposta Curricular**. Salto para o futuro. Educação de jovens e adultos. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

LEONARDI, M. L. A. A Sociedade Global e a Questão Ambiental. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1998. cap. 11.

MEDINA, N. N. A formação dos professores em Educação Ambiental. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. In: **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília, 2001. Disponível em < <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/panorama.pdf> >. Acesso em 26 abr. 2006.

MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. S.P.: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, E.M. **Educação ambiental:** uma possível abordagem. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2000.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.2, p. 285-299, mai/ago. 2005.

VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. Um Retrato da presença da educação ambiental no ensino fundamental brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão. **Série Documental. Textos para discussão**, Brasília, 21, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/oquefazem.pdf>>. Acesso em 26 abr. 2006.